

Natureza em Francisco Adolfo de Varnhagen: para além de um cenário.

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo é proceder à análise sensível da apreensão e reprodução da natureza por Francisco Adolfo de Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*. Acreditamos que o meio e a natureza em sua obra tem uma função retórica que certamente, está muito para além de servir de chão sobre o qual se desenvolve a empreitada de espalhamento lusitano pelo mundo. Pretende, no entanto, potencializar este meio com vistas à valorização da colonização do território, com o objetivo de causar sensações e tocar a sensibilidade do consumidor de sua obra no ato de sua ativação.

Palavras-chave: Natureza; Historiografia; Varnhagen.

ABSTRACT

The objective of the present article is to proceed the sensible analysis from the apprehension and reproduction from the nature for Francisco Adolfo de Varnhagen in its *Historia Geral do Brasil*. We believe that the way and the nature in its workmanship have a rhetorical function that certainly, it is very for besides serving of soil on which if develops the taken over on a contract basis one of lusitano scattering for the world. It intends, however, to potencialize this way with sights to the valuation of the settling it territory, with the objective to cause sensations and to touch the sensitivity of the consumer of its workmanship in the act of its activation.

Word-key: Nature; Historiografy; Varnhagen.

Desde a “pisada da origem” desferida por Cabral em 1500, a natureza americana – incluindo-se aí sua flora, fauna, formação geológica, hidrológica e seus povos – tem servido de inspiração para a fabricação de um sem-número de representações, bem como marca de alteridade para a sua forja.

Esta natureza, foi apresentada como cenário em meio ao qual se desenvolveu o espalhamento europeu pelo Novo Mundo em sua aventura mercantil e civilizacional, ou ainda, *locus* onde foram procuradas referências para a materialização da singularidade da América portuguesa, seja na produção literária, iconográfica, ou ainda historiográfica. Mundo apreendido e materializado sob o bico de pena e ou pincéis de clérigos, botânicos,

¹ Doutor em História . Coordenador do Curso de História / INTA. thiagohist@hotmail.com

geólogos, literatos, historiadores ou ainda por curiosos olhares leigos, culturalmente instrumentados pela civilização européia.

Consideramos seminal para o desenvolvimento da reflexão ora proposta a seguinte indagação: poderíamos nos referir ao meio, necessariamente, como objeto de inspiração para a produção artística ou como cenário onde se desenvolve um processo histórico? Como um elemento passivo? Acreditamos que a resposta a esta indagação seja não. Somos levados a entender que a natureza do Novo Mundo estivesse para além de um elemento passivo; e é o que pretendemos evidenciar ao longo da reflexão ora proposta. Para tanto, pretendemos enveredar em uma análise sensível referente à apreensão e representação da natureza da América portuguesa em Francisco Adolfo de Varnhagen, com vistas à instituição de um efeito retórico na escrita de sua História Geral do Brasil.

Visando ao desenvolvimento de nossa reflexão, cremos ser profícuo proceder a seguinte indagação: qual seria a função do “representar” a natureza num processo de produção intelectual inserido em um projeto fundacionista? A historiadora Márcia Naxara aponta algumas trilhas que nos ajudam a vislumbrar resposta(s) à nossa indagação:

*A natureza é tomada simultaneamente objeto de pesquisa científica e inspiração para a criação artística, para a obra de arte capaz de provocar sensações e ações positivas ou negativas, conformadoras ou não daqueles que fruem seja diretamente, seja pela mediação do artista em paisagens capazes de transmitir sensações agradáveis e tranquilizadoras no caso do belo e do pitoresco; sensações e sentimentos fortes, ambíguos e ambivalentes no caso do sublime.*²

Acreditamos ser a referida ambivalência de sensações que toca a sensibilidade do indivíduo quando posto em contato com a grandiosidade e diversidade da natureza “brasileira”, como cultural e sincrônicamente constituída. Ora, o que era visto ao longo dos séculos XV, XVI e XVII como a mais pura das manifestações do “Creador”, transmuta-se, com o advento dos iluminismos e seu império da razão, em infernal. Natureza diante da qual o homem se amesquinha, perde seu potencial de desenvolvimento e ação civilizadora. Impotência, contrição e temor reverencial causado pela imensidão da natureza. Meio natural este, posteriormente retomado

² NAXARA, Márcia. “Natureza e Civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX.” In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2004, p. 439.

sob a óptica edênica pela produção literária romântica no Império do Brasil, onde os literatos procuravam elementos que servissem de referencial para a materialização do caráter da civilização brasileira; literatura esta, também ligada ao fundacionismo, que, assim como a produção do conhecimento histórico que era delineado pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), deve ser entendida como peça articulada ao processo de fabricação e singularização do Estado brasileiro e sua constituição como nação.

O século XIX é emblemático no que diz respeito a esta ambivalência na apreensão e representação da natureza, notadamente entre o homem e o meio. Se por um lado, os literatos pretendem apresentar o meio como elemento sobre o qual repousa a alteridade do “Império Tropical”, onde havia de se desenvolver o “assombro do Novo Mundo”, por outro, esta mesma natureza e a formação híbrida de seu povo vedam ao Brasil, conforme precomizava o pensamento europeu coevo, a sua constituição como nação.

Com vistas a acompanhar o desenvolvimento desta visão ambivalente acerca da representação da natureza brasileira nesta produção intelectual, seguiremos a análise de Roberto Ventura referente à história literária proposta por Araripe Júnior³. Ventura nota que o autor por ele analisado constata a existência de uma literatura nacional compromissada com a singularidade do meio onde se desenvolvia. Conforme propõe Araripe Júnior, essa literatura “nacional” tinha por musa de sua inspiração a exuberância do meio, das raças locais, e o sincretismo de povos e línguas sob o sol dos trópicos. Tais análises, no entanto, realizadas pelo estudioso do fazer-se literário brasileiro, tem por lente a “Teoria da Natureza” e sua idéia de “tropicalidade”, o que leva o autor a constatar ser tal literatura uma adaptação à realidade local do romance naturalista de Émile Zola, faltando, portanto, à produção literária nacional um estilo próprio. A ausência de estilo, conforme propunham as concepções desenvolvidas em meio ao pensamento ilustrado europeu, era atribuída à impossibilidade de desenvolvimento moral e cultural dos povos. Este era o pensamento segundo o qual os povos mestiçados e habitantes de regiões inóspitas do globo não poderiam atingir um estado de civilização, o que, por sua vez, implica um problema de primeira ordem: sendo então a civilização vedada aos povos habitantes das regiões tórridas do globo,

³ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas no Brasil 1870-1914*. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

a constituição de tais povos sob o agenciamento “nação”, seria uma quimera. O que nos interessa, porém, no momento, é a constituição do estilo literário; e este, no entender de Buffon, só poderia ser atingido na escrita por meio do pensamento, da linguagem e da razão; características natas às sociedades estabelecidas nas regiões temperadas do globo⁴. Explicações estas que, para além de justificar a falta de um estilo literário nacional aos olhares europeus, apresentavam-se como justificativa para o espalhamento e domínio dos europeus sobre o mundo ultramarino.

Esta literatura que elegia como símbolo da nacionalidade brasileira a grandiosidade e diversidade da fauna, flora e aqueles nativos que corriam as costas e sertões da América portuguesa quando da pisada da origem, se desenvolve incentivada pelo Imperador Pedro II, mediante a prática de patrocínio público, tomando vulto o movimento literário romântico após o início dos trabalhos do IHGB, o qual esteve intrinsecamente imbricado ao projeto de civilização e construção da nação brasileira. Acreditamos que caiba aqui salientar que a fabricação desta forma de organização, a nação, deve ser entendida não apenas como agenciamento político, mas, a instituição de um sentimento: a internalização do sentimento de pertença à comunidade nos indivíduos que haveriam de formar a nação brasileira.

Ainda que a eleição do nativo se apresentasse, entretanto, como “receita” infalível para o estabelecimento do elemento humano no qual seria depositada a singularidade do “Império Tropical”, aqui está um desses elementos inusitados que turvam o entendimento do processo histórico. Ora, dentro do próprio IHGB, os nativos eram tidos como bárbaros - posicionamento que se torna emblemático nas palavras proferidas pelo Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto, o cônego Januário da Cunha Barboza:

*(...) homens apenas saídos da natureza: acostumados a sustentar-se dos fructos que encontram em suas divagações, da caça e da pesca, onde mais abundantes se lhes offerecem, sem domínio certo, sem pátria, sem leis, sem vestígios de qualquer civilização.*⁵

Como, então, eleger o nativo como ícone da singularidade do Império Tropical? O

⁴ Ver sobre o assunto, BUFFON, Georges-Louis Leclerc, conte de. « Histoire naturelle de l’homme (1749-89) ». In *Ouvres choisies*. Paris : Dagum, 1824. v.3.

⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo II, 1840. p.05.

projeto delineado de se instituir uma representação do que era a nação brasileira mediante a produção literária, tendo o nativo como símbolo de nossa alteridade, ainda que atraente, não se apresentava como proposta viável. Isto podemos constatar em análise mais ampla das discussões propostas nos “trabalhos sociaes” do *establishment*, discussões passíveis de serem analisadas na Revista do IHGB (RIHGB), ente os anos de 1839 e 1858.

A tarefa de fabricação da nação, assim como a singularização do caráter da civilização brasileira recairia desta forma, sobre a produção do conhecimento histórico, a ser cirurgicamente pensado e materializado à ponta de pena por habilitados “artífices” do pensamento civilizador representados no Império Tropical pelos dirigentes saquaremas⁶ - responsáveis estes pela construção de, primeiramente, do como, não deveria ser materializada uma história nacional, bem como, o papel que esta narrativa deveria cumprir inserida em um processo de cunho civilizador; para o que, a seletividade da memória, colocava-se como elemento constitutivo das orientações para a escrita da História.

Em meio a este processo de pensar uma História para o Brasil desenvolvido institucionalmente, entrelaçado pelas memórias, nem tudo deveria ser imortalizado ou servir de matéria-prima para a formação de uma narrativa nacional. Seletividade esta na eleição das fontes, constituída em rizoma com as relações sincrônicas que eram estabelecidas entre o agenciamento narrativo destes e o projeto civilização do Império.

Interessava-se o Instituto pelas vidas e atos de varões preclaros, pelas referências luso-brasileiras capazes de inspirar, tocar a sensibilidade e auxiliar o desenvolvimento do Brasil como nação, atuando a parcialidade da memória em seus amores e paixões nas atividades de tornar pública a documentação que relatasse a obra lusa em além-mar ou do Império.

Ora, a fabricação de uma história do Brasil fazia parte de um projeto de Estado, história projetada e materializada na intenção de integrar o território, fazer-se nação brasileira, e, por conseguinte, integrar-se ao conjunto de nações civilizadas de matriz europeu, na tentativa de afirmá-la como a herdeira de um processo colonizador que elevou o reino de Portugal ao *status* de pioneiro na expansão dos valores ocidentais pelo Novo

⁶MATTOS, Ilmar Rolhoff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 4 ed., São Paulo: Hucitec/INL, 2004, pp.264-5.

Mundo.

O leitor deve estar se perguntando: por várias vezes já foi feita menção à organização política “nação”, mas o que vem a ser a esta organização política? O que ela supõe e implica? Qual seria o trabalho simbólico a ser realizado por uma História do Brasil na instituição de uma nação? Segundo propôs Ernest Renan em sua célebre conferência proferida na Sorbonne no ano de 1882:

*Une nation est une âme, un principe spirituel. Deux choses qui, à vrai dire, n'en font qu'une, constituent cette âme, ce principe spirituel. L'une est dans le passé, l'autre dans le présent. L'une est la possession en commun d'un riche legs de souvenirs ; l'autre est le consentement actuel, le désir de vivre ensemble, la volonté de continuer à faire valoir l'héritage qu'on a reçu indivis.*⁷

Caberia, então, conforme nos é dado ao ler ao longo de pesquisas junto a RIHGB, a difusão de uma narrativa histórica pelo império, a tarefa de contribuir para o estreitamento dos laços que ligavam os povos e as províncias do Império entre si, assim como entre elas e eles ao poder central, como numa grande comunidade nacional. Esta narrativa deveria promover a compactação e solidificação dos laços entre as províncias e “seus povos” e desta forma evitar a “erosão”, a fragmentação do império, dar sustento à exótica árvore bragantina que florescia na América e estabelecer sua alteridade ante as barbarescas repúblicas latino-americanas com as quais o Império do Brasil estabelecia fronteiras geográficas e culturais.

Consideramos, desta forma, as ponderações de Michel Pollak, refletindo a partir dos pressupostos de Maurice Halbwachs acerca da memória coletiva⁸, basilares para que possamos compreender o papel reservado às grandes narrativas fundacionistas na fabricação das nações. Para Pollack, que entende tais produções, embasado em Maurice Halbwachs, como uma memória coletiva, deveria, através da seleção de determinadas memórias

⁷ RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?* In www.ourworld.compuserve.com/homepages/bib_lisieux/nation. Tradução: “Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que na verdade são uma só, constituem essa alma ou princípio espiritual. Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a posseção em comum de um rico legado de memórias: a outra é o consentimento diário, o desejo de viver junto, a vontade de perpetrar o valor de uma herança recebida de forma indivisa..”. Cf. SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do império*. São Paulo: Ed. Topbooks, 2002, p.62.

⁸ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Eduardo Loureiro Jr. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

individuais, viabilizar a elaboração de uma memória maior, uma memória nacional, dotando o Estado de um legado de experiências, assim como de um padrão de cultura. Reflexões estas, que são basilares para que possamos compreender os objetivos do IHGB no delineamento do que não deveria ser o povo brasileiro, e consequentemente, num segundo momento, o que haveria de ser um “povo brasileiro”, pretendendo, desta maneira,” *reforçar a coesão social, não pela adesão coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza de comunidade afetiva.*”⁹, ou ainda, como propõe Bronislaw Baczko:

*A fim de que uma sociedade exista e se mantenha, assegurando um mínimo de coesão, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do facto social sobre o facto individual, que se dotam de uma de uma consciência coletiva, isto é, um fundo de crenças comuns que exprima o sentimento de existência da coletividade.*¹⁰

Outras opções que não a escrita de uma história nacional se apresentaram como possibilidade de suporte para a mostra de um símbolo da singularidade do Brasil no contexto mais amplo dos Estados e nações, cabendo, conforme referido anteriormente, à produção literária a tarefa de fabular sobre a singularidade da América portuguesa, ou posteriormente, do império brasileiro. O indianismo, entretanto, frente ao papel a ser desempenhado pela narrativa histórica, não se apresentava de forma atraente aos civilizados e civilizadores olhares dos dirigentes saquaremas.

Objetivando à supressão desta lacuna, a referente à existência de uma narrativa capaz de corroborar no processo de construção da nação, e ao estabelecimento de uma matriz discursiva orientadora da produção do conhecimento histórico, é proposto em 1840 um concurso por meio do qual deveria ser eleita a forma mais acertada de se escrever a história nacional. Foi eleito nesta relação, um projeto onde estavam contempladas as linhas norteadoras de *Como se deve escrever a História do Brasil*¹¹; um modelo orientador da

⁹ POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento e Silêncio” In *Estudos Históricos*. Trad. Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

¹⁰ BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. in: *Enciclopédia Einaudi*, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, p. 306.

¹¹ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. “Como deve ser escrita a História do Brasil “ in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. TOMO VI, 1845, pp.388-411.

escrita de uma narrativa capaz de instituir o sentimento de brasilidade pela outorga e internalização de preceitos eleitos pelos dirigentes imperiais; assim como a apreensão de forma sensível deste singular coletivo. Projeto que, segundo apontaram nossas análises, contemplava orientações capazes de despertar, gerar determinadas sensações no indivíduo impelindo-o à ação útil à edificação da nação brasileira.

Apesar do nativismo que se levantava contra as obras de história materializadas sob penas estrangeiras, o vencedor do concurso proposto pelo IHGB, Carl Friedrich Philipp Von Martius, um naturalista bávaro de olhar instrumentado, capaz de esquadrinhar adequadamente o território através do qual excursionara; homem civilizado no qual se associavam razão e conhecimento somados à sua sensibilidade, conforme podemos constatar no trecho de seu projeto, onde o autor se apresenta como um botânico-historiador *avant la lettre*, pois, já em meados da década de 1840, propõe em seu projeto uma escrita da história que buscasse apreender os modos de viver e sentir em sua alteridade:

*O historiador deve transportar-nos a casa do colono e cidadão brasileiro: elle deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus creados e escravos; e finalmente com as riquezas nas transacções commerciaes. Elle deve juntar-nos o estado da igreja e escola, levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos.*¹²

Von Martius havia vindo ao então Reino Unido no ano de 1817, junto a Johann Baptist Von Spix, “sábios” escolhidos pela academia de Ciências de Munique, compondo uma missão científica que deveria excursionar pela América em obediência à ordem de Maximiliano José I, rei da Baviera; incursão pelas exóticas terras do Império Tropical, como parte dos intercâmbios científico-culturais viabilizados em virtude do casamento do príncipe D. Pedro com D^a. Leopoldina no ano de 1817, e que se estende até 1820, tendo como resultando destas incursões pelos sertões do Reino obras de fundamental importância para o conhecimento da fauna e flora brasileiras, como *Flora Brasiliensis*, obra onde Martius catalogou cerca de 850 famílias de espécimes, os quais se multiplicavam em mais de 8 mil exemplares, capturados por seu olhar científico e catalogadas em cerca de 1000 estampas;

¹² MARTIUS, 1945, cit.,p .402.

além da obra *Reise in Brasilien* -narrativa de suas viagens pelo então Reino Unido a Portugal e Algarves¹³.

Podemos considerar que o olhar taxionômico do Botânico transpusesse o de um cientista observador de nossa diversidade natural, haja vista não se ter interessado em suas viagens, apenas em descrever e catalogar espécimes do Reino. Interessou-se em conhecer o território que esquadrihava não apenas por meio de seu olhar e daquilo que sentia, mas também por intermédio de relatos de viagens, crônicas e narrativas históricas daqueles que haviam precedido sua expedição.

Acreditamos que podemos inserir Von Martius numa tradição que, conforme propõe Peter Burke¹⁴, tenha se consolidado no século XVII como gênero literário; as narrativas de viagem, onde os viajantes relatavam o que viam, indo o interesse destes narradores desde a descrição de conjuntos arquitetônicos, sistemas políticos e culturais, aos modos e costumes dos locais visitados, pensando e atentando para aquilo que estivesse de maneira mais arraigada em seus interesses, em sua sensibilidade¹⁵.

Ainda no que diz respeito a esta escrita de ver e narrar, basilares são as palavras de Manoel Salgado Guimarães, para quem Von Martius, Von Spix e outros viajantes que narraram suas viagens pelo Novo-Mundo, tanto nas últimas décadas do setecentos como primeiras do oitocentos, lançam-se e inserem-se neste mundo a ser narrado e catalogado com o objetivo de realizar a partir de bases seguras, o sonho enciclopedista, pois acredita o autor, que diversamente das viagens exploratórias anteriores, os “viajantes” oitocentistas o fizeram objetivando produzir conhecimento científico¹⁶.

¹³ GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. “History and nature in von Martius: scanning Brazil to build a nation.” *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. [online]. July/Oct. 2000, vol.7, no.2.

¹⁴ BURKE, Peter. “O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XVII”. In *Variedades de História Cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.139 - 158.

¹⁵ HALBWACHS, 1990, cit.

¹⁶ Segundo propõe Guimarães, “(...) esquadrihando cuidadosamente as regiões para construir um painel que abrigasse desde as características sociais e políticas dos povos que as habitavam. Um olhar cuidadoso vai anotando, classificando, ordenando segundo princípios, constituindo, em suma, um saber sobre estes povos distantes e desconhecidos, seguindo as intenções e os métodos sugeridos por Volney ou mesmo Voltaire de com o proceder quando em viagem científica”. GUIMARAES, 2000, cit.

Observamos na leitura dos relatos de Von Martius, a convergência do cientificismo oitocentista e o Iluminismo setecentista. Interessou-se, numa prática científica, onde, segundo propõe Manoel Salgado, num mundo em que os “*campos do conhecimento não estavam ainda rigidamente definidos e as ciências da natureza parecem fornecer os meios mais seguros para a realização de um trabalho metódico e científico.*”¹⁷, além dos exemplares de nossa flora e fauna, por aspectos etnológicos, culturais e políticos dos locais por onde passava.

Após apresentarmos Martius, indagamos: a que tipo de narrativa estava aberto o IHGB? O que e como deveria ser narrada esta história? Que narrativa viabilizaria a fundação da nacionalidade em base sólida? Acreditamos que tal indagação se apresente como chave para a compreensão do porquê do projeto de Von Martius sobrepor-se ao projeto apresentado por Henrique Júlio de Wallenstein¹⁸ no concurso realizado, assim como se apresentam como bases para a compreensão do porquê da sobreposição de determinada história, a de Francisco Adolfo de Varnhagen, sobre as demais histórias até então escritas.

A dissertação de Von Martius intitulada “*Como se deve escrever a História do Brasil*”¹⁹, “*Offerecida ao Instituto Histórico e Geographico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. De Martius*” datada de “*Munich, 10 de Janeiro de 1843*”, apresenta-se dividida em quatro partes, sendo: “*Idéas geraes sobre a História do Brasil*”²⁰; “*Os indios (a*

¹⁷Ibidem.

¹⁸ A avaliação de Francisco Freire Allemão, um dos integrantes da comissão responsável pelo julgamento dos projetos à proposta de Wallenstein: foi o seguinte: “*N’uma d’estas memórias se propõe o método das décadas á maneira de Tito Lívio; Barros e Couto: começando em 1500, época da descoberta de Cabral até 1510, tempo do naufrágio de Diogo Alvares (o Caramuru); a segunda d’ahi a 1521, em que aconteceu a morte d’El rei D. Manoel, precedendo como descrição das nações indígenas que na época do descobrimento habitavam as Costas do Brasil. Que no texto da história se comprehenderia a parte política; e quanto a parte civil, eclesiástica e litterária, essa iria em separado no fim de cada década, conforme o seguido pelo Abade Millot na História da França. Parece á comissão que o autor d’esta memória não comprehendeu bem o pensamento do vosso programa, por simples distribuição das matérias e, isto por um método puramente fictício ou artificial; que poderá ser commodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história no gênero philosophico como se deve exigir actualmente.*” *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo IX, 1847, p.279.

¹⁹ MARTIUS, 1845, cit., pp .388 - 411.

²⁰ Ibidem, p. 389.

raça côr de cobre) e sua história como parte da História do Brasil”²¹; “*Os portugueses e sua parte na História do Brasil*”²²; “*A raça africana em suas relações para com a História do Brasil*”²³, parte esta – última em que o autor se refere ainda à forma como deve escrever o historiador “philosófico” do Brasil, apresentando-se, então, o projeto do Bávaro, como manual de metodologia da história, o que não é opinião unânime entre os estudiosos de nosso fazer-se como narrativa histórica²⁴.

Acreditamos que todo o projeto apresentado pelo Bávaro, seja de grande relevância para nossa reflexão, entretanto, apresentam-se como fundamentais para o desenvolvimento de nossas reflexões as passagens em que Von Martius reflete sobre o posicionamento que deve ter o historiador ante o objeto a ser constituído e instituído narrativamente: o Brasil; o tratamento que deve ser dado à grandiosidade natural, a qual deveria ser destacada pelo “historiador do Brasil”. Tais “apontamentos” estão reunidos, mormente, na primeira e na última etapa de sua reflexão materializada em sua monografia, onde em suas primeiras páginas observamos pistas que se apresentam como fundamentais para que possamos compreender sua primazia.

Von Martius não se limita então, ao longo de seu projeto, a apresentar linhas do que deve ser tratado numa narrativa pátria. Seu projeto traz a forma pela qual uma história nacional deve ser apresentada aos leitores; o historiador deverá lembrar-se “*em primeiro lugar que não excitará nenhum interesse vivo, nem lhes poderá desenvolver as relações mais intimas do paiz, sem serem precedidos os factos históricos por descrição das particularidades locais da natureza*”²⁵, devendo, desta maneira, o historiador “philosófico” primar em suas descrições da terra - o que já era prática entre os literatos. Segundo propunha o Bávaro, uma “História philosophica do Brazil” deveria exceder o ato

²¹ Ibidem, p. 392.

²² Ibidem, p. 397.

²³ Ibidem, p. 405.

²⁴ Sobre os críticos do projeto apresentado por Martius, ver: CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual.” In: Sandra Pesavento. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 173-208.

²⁵ MARTIUS, 1845, cit., p. 405.

de situar o mortal próximo do imortal. Deveria o historiador philosófico, instituir o patriotismo, assim como apresentar sua obra como um repertório de atitudes e sentimentos úteis ao desenvolvimento do Império. Deveria ser um tipo de narrativa com função retórica e princípios morais, capaz de tocar o leitor em sua sensibilidade e impeli-lo à ação:

*Nunca esqueça pois , o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como autor Monarchico-Constitucional, como unitário no mais ouro sentido da palavra. D'aqui resulta que a obra, a qual não podia exceder a um so forte volume, deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre. Deverá satrisfazer não menos ao coração que á intelligencia". (...) O Brasil é um objecto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o paiz entrado em uma phase que exige um progresso poderoso: por isso uma história popular do paiz vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis que o Brazil oferece, achar um feliz estímulo, para que imprima a sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquelle fogo poético próprio da juventude ao mesmo passo que desenvolva a applicação e profundidade de juízo e de firmeza de character, pertencentes a idade moderna e varonil*²⁶

O trecho ora reproduzido se apresenta como central para que possamos compreender a primazia do projeto proposto por Martius. Era a este tipo de agenciamento narrativo do passado que estava aberta a comunidade de imaginação congregada no IHGB; uma história que, para além de narrar a diacronia do fazer-se Brasil, tivesse por preocupação, o tocar o consumidor da obra no momento em que ela fosse acionada; discurso capaz de propiciar sensações e desta forma, mover o indivíduo a práticas úteis à constituição da nação.

Como, porém realizar a tarefa de tocar, causar sensações e ativar a sensibilidade do indivíduo para práticas úteis à edificação do Brasil sob a forma de nação mediante uma narrativa histórica em tempos em produção do conhecimento histórico deveria pautar-se pela frialdade e imparcialidade cientificista? Existiria uma fórmula capaz de orientar o futuro “historiador do Brasil” na efetivação desta tarefa que estava reservada a uma “grande narrativa nacional” dentro do projeto civilizador delineado pelos dirigentes saquaremas?

Acreditamos que não. Somos, desta forma, ante o dinamismo do mundo, assim como do fazer-se historiográfico, levados a acreditar na impossibilidade do estabelecimento de uma forma modelar para a produção do conhecimento histórico; quer seja em se tratando de seus conteúdos, suas nômadias ou estruturas narrativas sobre as quais o historiador pode ou

²⁶ Ibidem. pp.410-411.

deve(?) se apoiar para fazer com que uma realidade anterior e exterior da qual está inserido, seja materializada sob a forma de verdade ou representação.

Tal agenciamento do passado, imbricado às necessidades do presente e às incertezas do futuro, deveria fabricar um livro capaz de agir como uma máquina civilizadora, fabricado segundo interesses da comunidade de imaginação congregada no *establishment*. A obra posta em órbita pelo Instituto seria, então, a de Varnhagen²⁷, mas é de causar estranhamento que uma obra como a dele seja “a” escolhida, haja vista, a referência à debilidade dos dotes estilísticos do Visconde de Porto Seguro estenderem-se por mais de 150 anos, desde as críticas propostas por Sílvio Romero, até as análises de Temístocles Cézár²⁸.

²⁷ Entendemos que Francisco Adolfo de Varnhagen não tenha sido o “primeiro historiador brasileiro”, o “Heródoto brasileiro”, conforme têm objetivado alguns comentadores de sua obra. Acreditamos então, que *História Geral do Brasil* tenha sido tornada “a” narrativa oficial sobre o Império, tenha se inserido numa vaga, na ausência de um “compêndio de libertas históricas” capaz de instituir a nação brasileira. História Geral do Brasil, é então, mais uma narrativa histórica escrita no oitocentos, mas contemplando rigorosamente as linhas traçadas pela comunidade de imaginação congregada no *establishment*, daí ser a posta em órbita, feita meta narrativa. Proficuas neste aspecto, são as palavras de Deleuze acerca da colocação em órbita, pois para o filósofo, Utilizamos aqui e utilizaremos ao longo do trabalho o termo “colocar em órbita”, a partir das reflexões de Deleuze: “...o movimento se define cada vez menos a partir de um ponto de alavanca. Todos os novos esportes - surfe, windsurf, asa delta- são do tipo: inserção numa onda preexistente. Já não é uma origem enquanto ponto de partida, mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, “chegar entre em vez de ser origem de um esforço”. DELEUZE, 1992, cit., p.151.

²⁸ Segundo aponta Sílvio Romero, Varnhagen não possuía faculdades estéticas, tanto em se tratando da concepção como da forma. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. V, 1945. Para Oliveira Lima, Varnhagen não possuía o admirável dom de comunicar as vibrações e a intensidade pretéritas, como o tinha um Michelet, ou a capacidade de reconstruir de forma pormenorizada “um caráter humano ou dele deduzir uma lei de evolução.”; faltando-lhe então, no entender de Lima, “mais de que uma faculdade psicológica aguçada por sólida e moderna preparação científica, faltava uma obra coletiva em que se amparar.” Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores: a política cultura do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.81. Já o historiador Capistrano de Abreu caracteriza o estilo de Varnhagen como sendo próximo ao de um botânico descrevendo espécimes raros de flora, com a mesma aridez, com o mesmo distanciamento de um praticante de uma “ciência exata”. No entender de Capistrano de Abreu, História Geral do Brasil tende mais a uma crônica, do que à uma obra que pretende inspirar o povo brasileiro na fabricação da nação brasileira, faltando a Varnhagen, no entender do Historiador cearense, a intuição, o espírito sintético; estas opiniões não divergem das de Clado Ribeiro Lessa, para quem, Varnhagen se apresenta carente de dotes inventivos e de expressão. Cf. REIS, José Carlos. *As identidades de Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, pp.28-34. Da mesma opinião corrobora ainda Wilson Martins ao aferir a forma narrativa de Varnhagen como pesadona, deselegante e sem arte. MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1978, v. II. O historiador inglês Heinrich Handelmann, autor da obra *Historia do Brasil* (1860), quando em análise à obra do Visconde do Porto Seguro, chega à conclusão, que faltava ao autor da *História Geral do Brasil* “a arte da exposição”. Cf. RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. Editor Fulgor limitada. São Paulo, 1965, p.142. Francisco Iglesias, referindo-se tanto à produção literária quanto à historiográfica de Varnhagen, aponta não ser o autor

Consideramos as referidas críticas questionáveis. Uma obra com finalidades morais e retóricas, sobre a qual se pretendia fundar uma ordem racional para a sociedade, um padrão de cultura nacional, como propunha apresentar-se tal história, com vistas à integração entre os povos das províncias, da integração de antigos reinóis e brasileiros, poderia, então, captar de forma explícita o dramático, o surpreendente de uma batalha, o real, segundo propõe Durval Muniz Albuquerque, entendido como o *real seria a vida pura, a vida crua, seria o informe; seria o que sempre aparece construído precariamente; seria o doloroso caos em que podemos nos atolar e nos perder; seria a desterritorialização absoluta, o coração selvagem da existência.*²⁹ ?

Diante dos objetivos traçados por Varnhagen para sua obra, acreditamos que fosse vedado a esse autor mostrar o dramático das batalhas de forma “sensível”, pois, segundo aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior ao se referir à frialdade da produção do conhecimento histórico cientificamente conduzido, *“A crescente formalização científica a levará cada vez para mais longe da vida dos homens, das veias que pulsam e do sangue*

de História Geral do Brasil “particularmente dotado para a arte de escrever: “Seu texto é destituído de qualquer garra de escritor, pois Varnhagen, no entender de Iglesias, se apresenta em sua obra de forma “pobre na composição da obra, de débil arquitetura, pouco atraente, e às vezes funcional, desequilibrada. Seus capítulos misturam assuntos que diminuem a eficácia do texto. Faltam-lhe dotes de escritor enfim”. Conclui Iglesias que faltou fôlego literário a Varnhagen, falta esta que o impediu, no entender do autor, de dramatizar as situações, enriquecê-las com os pequenos, porém significantes detalhes que ajudam a compor e a criar o clima e a cor local, pois não tinha recursos para prender o leitor e não sabe captar e descrever o que existe de dramático, de surpreendente numa batalha, numa emboscada, numa luta de guerrilha; segundo ainda o autor: “Tinha capacidade de trabalho e visão de conjunto, embora carecesse de uma teoria que lhe enriquecesse a qualidade de intérprete, permitindo-lhe organizar o material ajudando-o a capturar o fio do processo que às vezes lhe escapava e nem percebia. Para tanto contribuíram ainda seus preconceitos de conservador-reacionário, de visão mais estática que dinâmica.”. IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000, p.73. Ver ainda sobre o assunto, CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX.” In *Diálogos*. Maringá - Paraná, 2004, v. 8, p. 11-29. CEZAR, Temístocles; DIEHL, A.; NIMNI, E.; LATTMAN-WELTMAN, F.. “Varnhagen: um historiador entre a Europa e o Novo Mundo. Ensaio sobre o conceito de história no Brasil do século XIX.” In: *VII Conferência internacional de história dos conceitos. Diálogos Transatlânticos*, 2004, Rio de Janeiro. VII Conferência internacional de história dos conceitos. Diálogos Transatlânticos. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. p. 30-32. CEZAR, Temístocles. “O micróbio literário: a questão do estilo na obra de Varnhagen” in *XXII Simpósio Nacional de História*, 2003, João Pessoa - PB. História, acontecimento e narrativa. Caderno de programação e resumos, 2003. pp. 86-86.

²⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “A hora da estrela: história e literatura, uma questão de gênero?”. in *XXIII Simpósio Nacional de História*, 2005, Londrina/ PR. História: Guerra e Paz. Londrina: Editorial Mídia, 2005. (CD ROOM).

grosso que nelas fervilha, para tornar-se a narrativa de eventos sem sangue, anti-sépticos, mesmo quando narra suas guerras e revoluções.”³⁰. São, estas, reflexões que nos remetem, para que possamos compreender a primazia de *História Geral do Brasil*³¹ sobre a produção do conhecimento histórico oitocentista, à realização de uma leitura sensível da obra e das intenções varnhagenianas, uma leitura que suplantasse aquilo que pode ser explicado, agrimensado, cartografado ou mapeado racionalmente, conforme propõe Sandra Jatahy Pesavento, para quem o conhecimento sensível opera como forma de conhecimento e tradução da realidade que brota não do racional, ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos e das sensações que vêm do interno de cada indivíduo.³²

Surpreende-nos, no entanto, o fato de que uma obra com tamanha debilidade estilística seja a tornada “grande narrativa do império”, pois ela não deveria apenas tornar a fazer presente o que é pretérito. Não se tratava da elaboração de qualquer narrativa, mas de uma obra que tinha seu lugar reservado no já referido projeto civilizacional, devendo então superar o tabu do objeto, pois um Estado marcado pelas desavenças entre suas partes, catalizador da desintegração territorial do Império – e atender ao ritual da circunstância: a de fundar historicamente a nação brasileira e despertar nos povos das províncias do Império, em detrimento do sentimento localista, o sentimento de pertença à comunidade nacional.

Uma narrativa nacional deveria ser então, um livro-suporte de um discurso “polinizado”, a ser constituída por uma operação historiográfica matizada por discursos, opções e valores eleitos pelos dirigentes imperiais a ser disseminado por meio de uma ação de cunho iluminista, cujos elementos mais esclarecidos da sociedade devem levar luzes e

³⁰ Ibidem.

³¹ Primeiro tomo: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil. Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854. T. I. 1ª Ed.. Segundo tomo: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e DEDICADA A SUA Magestade Imperial O SENHOR D. PEDRO II. Madrid, Imprensa de J. del Rio, 1857. T. II. 1ª Ed. Com estampas.

³² Ver sobre o assunto, PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades”. In *Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, CEMA, (4), 2004.

valores eleitos a todo o Império. Livro capaz de promover o amor à pátria sobre o qual se deve fundar o nacionalismo. Produção historiográfica, imbricada, portanto, a um projeto civilizador e inevitavelmente com vistas à realização do Brasil nação; história capaz de transmitir um conjunto único e pragmático de interpretações do passado, na intenção de fabricar um passado-presente balizado por fronteiras constituídas relacional e sincronicamente aos interesses dos dirigentes imperiais, objetivando a elaboração e o controle do futuro, conforme fabulado pelo *establishment*.

Tal compêndio de história pátria deveria, desta forma, estar para além da função de salvar da voragem dos tempos os feitos dos homens nesta parte do mundo. Deveria salvar dos tempos determinados eventos, atribuir sentido a certas vidas, memorializar eventos dignos de instruir os vindouros.

Caberia, então, no âmbito desta realidade sincrônica – a de elaboração de uma narrativa de cunho fundacionista com intencionalidades retóricas com vistas ao fomento de instituição de um sentimento nacionalista, onde o campo de produção historiográfica se apresenta como campo de competição aberto ao trabalho de um historiador que deveria fabular sobre o que deveria ser a nação brasileira -, captar este código de um ordenamento discursivo eleito dentro do horizonte de expectativas dos integrantes do Instituto para com um “compêndio versando sobre letras históricas”.

Segundo propõem Gilles Deleuze e Felix Guattari, o reproduzido do mapa ou do rizoma, coincide necessariamente com os impasses, bloqueios, germes de pivô ou pontos de estruturação. Acreditamos que o problema esteja posto exatamente desta forma, pois Von Martius propõe de forma exemplar – aos olhos dos dirigentes imperiais -, o tratamento que deveria ser dado aos impasses e obstáculos que se impunham à consolidação da nação brasileira; seja por sua mestiçagem, por sua imensidão territorial, diversidade de interesses, o clima e a natureza tropical. Ele aponta como estruturar uma memória capaz de provocar sensações no indivíduo, tocar sua sensibilidade, levá-lo a agir de forma auxiliar à edificação da nação brasileira, coadunando a esta narrativa, toda uma realidade que se apresentava como inviabilizadora da civilização brasileira.

É trabalho hercúleo este a ser desempenhado por uma narrativa histórica, no caso, a de *História Geral do Brasil*, agenciada sob a pena de Varnhagen. Tal obra deveria

necessariamente se reterritorializar no mundo das emoções e das sensibilidades; sensações e sensibilidades caras à produção literária, onde a Literatura se apresenta como categoria narrativa capaz de comover, inspirar, causar sensações, tocar a emotividade e os sentidos do indivíduo no ato de acionamento da obra; diversamente da história, a qual deveria ser narrativa fria e imparcial de um real exterior e anterior ao acionamento da obra, segundo propõe Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Talvez a diferença entre a história e a literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas de gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo o masculino, enquanto a literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino. A história seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista. A literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do intuitivo, do epifânico. Só com a literatura ainda se pode chorar. A história masculinamente escavaria os mistérios do mundo exterior, iria para a rua ver o que se passa, a literatura, ficaria em casa, perscrutando a vida íntima, o mundo interior, femininamente preocupando-se com a alma, um mundo informe que está próximo do inumano.³³

Como esperar excelência e sensibilidade narrativa em Varnhagen, sendo que sua *História Geral do Brasil* é considerada por mais de século como obra de débil valor estilístico? Não pretendemos julgar a suposta falta de valor estilístico no autor, pois aquilo que nos toca hoje, certamente, é diverso daquilo que toca o homem do oitocentos. Para o desenvolvimento de tal juízo de valor acerca da estilística apresentada por Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, cremos que nos seja imprescindível, antes de mais nada, recriar, apreender o modo de sentir, a formação, as sensibilidades do indivíduo habitante do Império no século XIX em toda a sua alteridade.

Supor ainda que a falta de dotes estilísticos na obra varnhageana se restrinja a um binômio causa-efeito por sua formação é, conforme propõe Foucault, “*une idée malgré du real*”; mas cremos ser necessário recorrer às proposições de Joël Candau, para que possamos vislumbrar a formação da percepção e sensibilidades em Francisco Adolfo de

³³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, cit.

Varnhagen.

Candau supõe a existência de três níveis de memória³⁴, sendo: a proto-memória, entendida como fruto da socialização e fonte de automatismo do agir, constituída de forma passiva na relação com o mundo (*mneme*); a memória propriamente dita, fonte de recordação e reconhecimento; e a metamemória, entendida como a responsável pelas representações do que o indivíduo viveu, a partir de onde se materializa a memória nacional propriamente dita, constituída em rizoma com o mundo, com a sociedade em que o indivíduo se encontra inevitavelmente entrelaçado. São, pois, a primeira e a segunda, processos de *anamnese*, ou seja, um processo de busca ativa da e na memória daquilo que o indivíduo viveu, a forma pela qual ele representa e dá sentido ao mundo, conforme salienta Fernando Catroga: *na anamnese, história e ficção se misturam, a verdade factual se miscigena com conotações estéticas e éticas, que já Halbwachs encontrasse na narrativa memorial uma lógica de acção, cujos pontos de chegada e de partida são escolhidos pelo próprio evocador (indivíduo, família, nação)*³⁵.

Devemos, então, atentar para a formação de Francisco Adolfo de Varnhagen. O futuro historiador, aos nove anos na antiga Metrópole, no ano de 1825, foi matriculado no Real Colégio Militar, onde estudou até o ano de 1832. Posteriormente seguiu, no intuito de dar prosseguimento à sua formação, para a Academia de Fortificações e Marinha, onde foi graduado, aos 23 anos em Engenharia Militar. Subseqüentemente, ingressou na Academia de Ciências de Lisboa – o que acreditamos que tenha exercido considerável quinhão de influência para a formação de sua memória e sua sensibilidade; uma percepção fria, racional e tecnicista – o que não impossibilitou ao autor HGB desenvolver estratégias narrativas capazes de causar sensações que impelisses a uma determinada sensibilidade.

Deixando sua referida falta de dotes estilísticos, os pendores literários varnhageanos, num segundo plano, interessa-nos aqui lançar luzes que nos auxiliem a vislumbrar a

³⁴ Ver sobre o assunto, CANDAU, Jöel. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: PUF, 1996.

³⁵ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001, p21.

trajetória por meio da qual *História Geral do Brasil* é posta em órbita pelo IHGB. Como referido anteriormente, pois, era delineado um projeto de civilização do Império e seu agenciamento sob a forma de nação, o que estabeleceu um regime de *best-sellers* na produção do conhecimento histórico nacional.

Acreditamos, desta forma, que as estruturas míticas, o solo lingüístico em que Varnhagen agencia sua “nova história do Brasil”, sejam reveladoras deste fazer-se aceito, bem como o ser colocado em órbita pelo projeto civilizador posto em curso por um dos tentáculos do projeto civilizador delineado pelos dirigentes imperiais³⁶.

Ainda no que diz respeito às críticas das quais *História Geral do Brasil* é alvo, consideramo-las injustas para com esta memória em seu dever história, mas devemos atentar para o que o próprio autor adverte o leitor no prefácio de seu *magnum opus*:

Igualmente nos esforçamos para não ser pródigos nas narrações, nem pretensiosos nos juízos e analyse dos acontecimentos; pondo o maior empenho em commemorar, sempre com o possível laconismo e embora com menos elegância, os factos importantes, e esmerando-nos em os descrever com a mais exactidão e clareza. Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da critica, não da eloquência; e que perante o tribunal della, o historiographo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz que, depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com o verdadeiro critério, deve feito o seu allegado com o possível laconismo sentenciar na conformidade das leis eqüitativas da sociedade e humana justiça. Pelo brilho e ornato do estylo não levamos, pois, a menor pretensão de campear. Irão os períodos muitas vezes como foram de primeiro jacto concebidos, em presença dos documentos estudados. As vezes se encontrará um período escripto, com a differença de mais de vinte annos de tempo, do que se lhe segue, e do que o precede; e todos sabem como é difficil, ainda, aos mais exercitados, o desapegar-se dos travos e ressaibos que por algum tempo deixam no gosto as fontes em que bebe. A linguagem, porém, procuramos sempre que saísse puritana e de boa lei; e neste estilo temos mais de uma vez ouvido, com certo desvanecimento, da própria boca de alguns de escriptores nosso, político e literatos, que a nossa obra havia tido grande parte a firma-los no manejo da língua vernácula. Como temos dito por vezes, a escola histórica á que pertencemos é estranha a essa demasiado sentimental que pretendendo commover muito, chega a afastar-se da própria verdade. Fazemos a esse respeito uma verdaderira profissão de fê, quando, ajuizando nesta obra a do illustre Rocha Pita, dizemos ser a do escriptor bahiano <<omissa em factos essenciaes,

³⁶ TAVARES, Thiago Alves Nunes Rodrigues. *O discurso colocado em órbita: Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História/UFPE, 2005, 240 p.

*destituída de critério e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espírito publico nacional, fazendo avultar, sem faltar á verdade, os nobres exemplos dos antepassados>>, - e accrescentamos que aquelle autor não recorrera <<às mais puras fontes da historia e que era mais imaginativo que pensador, mais poeta e admirador do bello que critico, vasslla da razão e escravo das provas authenticas.*³⁷

Deveria *HGB*, atingir o publico leitor, tocando-o em sua sensibilidade no instante de ativação da obra. Deveria esta narrativa nacional instruir a ação cotidiana, empolgar; devendo, então, tal narrativa necessariamente possuir estratégias que dentro da relação e propósitos traçados para a tal obra, também o são de reterritorialização, a reterritorializa no seio do projeto civilizacional decalcado pelos dirigentes imperiais.

A narrativa histórica deve, ante o trabalho que lhe era imputado dentro de uma determinada relação sincrônica, se desterritorializar da frialdade, das fronteiras da razão e impessoalidade da ciência histórica oitocentista, e reterritorializar-se no calor e emotividade do discurso literário, respeitando os parâmetros do real, do caótico da experiência vivida, no ideal e envolvente mundo literário, no intuito de empolgar e angariar apoio para o projeto civilizacional, e, desta forma, sobrepor-se ao ameaçador localismo provincial constituído ao longo da fabricação do Império brasileiro. Ora, objetiva instituir o sentimento de pertença à comunidade brasileira, mas infere-se que, para tanto, *História Geral do Brazil* deveria necessariamente primar por sua estilística. Como constatamos pelas palavras de comentadores da história varnhageana, porém, não nos parece ser o caso.

Segundo podemos constatar ao analisar *História Geral do Brazil* numa perspectiva sensível, podemos observar, e até mesmo sentir, ser por intermédio da natureza que Varnhagen pretende dar sentido e tocar o consumidor de sua obra em seu ato de ativação, quer seja em ato de consumo da obra pela sua leitura em práticas escolares.

Se, por um lado, a natureza é representada pelos românticos brasileiros como grandiosa e edênica, e até mesmo de forma domesticada, esta não encontra a mesma apreensão e sensibilidade em Francisco Adolfo de Varnhagen. O autor atribui sentido ao

³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. Tomo I. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1936, p.XII - XIII.

meio em sua *História Geral*: grandioso, mas terrível, diante da qual o indivíduo se amesquinha por temor reverencial.

A natureza tropical se apresenta aos treinados olhos e à fria (porém astuta e pragmática) percepção varnhageana, de forma sombria, imponente, potencializada quase que ao *status* de agente histórico, segundo propõe Márcia Naxara em trabalho já referido.

É em meio a estas matas, a esta vegetação, onde até mesmo os raios de sol brigam com os espécimes vegetais para conseguir chegar ao solo, espécimes estes que também lutam entre si para ter acesso à luz, que

*Matos espessissimos, nos logares onde ainda não entrou o machado industrioso, sombreiam essa extensão, refrescada, não só diariamente, pela viração mareira e pelo terral como também pelas chuvas amiudadas, promovidas pelos vapores distilados das mesmas arvores, ou pelas nevoas e nuvens levantadas pelos raios de sol.”*³⁸

Para além de vegetação que fazia com que a vida em meio ao território desbravado se apresentasse como epopéia, esta mesma vegetação era ainda guarida de feras e homens-fera. Esta batalha a que o autor se refere, superando uma batalha do homem contra o meio inóspito à sua ocupação, apresenta-se, ainda, como uma luta entre civilização e barbaria, do machado e do braço industrioso contra a grandiosidade da natureza, do machado bárbaro empunhado por homens-fera segundo aponta Varnhagen:

*Podemos, pois imaginar que pouco favorável juízo faziam dos europeos, vendo-os chorosos e pusilânimes e covardes no acto para o qual elles reservavam a ostentação do seu maior valor. Os christãos, aprisionados ás vezes ao acabarem de chegar da Europa, ignorando os usos bárbaros e a sorte que os esperava, quando levados ao sacrificio, alheios inteiramente a taes scenas horridas, não podiam deixar de atemorizar-se ; e desconhecendo a nenhuma piedade destes homens ferozes e duros de coração (por isso mesmo que gastando-se-lhes toda a sensibilidade nos próprios males, nenhuma lhes ficava para os estranhos) e o facto de que o sacrificio do prisioneiro de geração contraria era para elles de religiosa vingança, bradavam misericórdia aos céus e a elles, que desprezava, nessa occasiao as lágrimas, como se fossem derramadas por pusilanimidade. O resultado era julgarem-se cada vez mais valentes e mais fortes que os europeos.*³⁹

³⁸ Ibidem, p.3.

³⁹ Ibidem, pp. 272-3.

Diversamente do que é freqüentemente feito nos clássicos de nossa historiografia, quando da apresentação de nossa diversidade natural, acreditamos que Varnhagen não pretenda unicamente mostrar a grandiosidade natural da América portuguesa. Ele não descreve nossas matas e gentios, assim como seus costumes, com encantamento; mas sim com vistas a apresentar tal cenário como um inferno verde.

“Horror, Horror...” como gritara Kurtz, personagem de Joseph Conrad, em seu *Coração das trevas*⁴⁰, diante do estranho, do inusitado, que lhe despertava as mais primitivas sensações em sua sensibilidade, ao acionarem sua memória e sentimentos que antecedem a elaboração de representações de forte teor simbólico e estímulo emocional, tocando-lhe de forma negatizada sua alteridade de homem europeu, europeizado e, portanto, civilizado. O espanto, o grito “Horror”, apresenta-se como uma representação de sua alteridade e de sua sensibilidade, a qual se vê então tocada negativamente por práticas que não lhe são familiares.

Entendemos que a natureza apresentada por Varnhagen de forma misteriosa e infernal, cumpra esse papel de tocar sensivelmente o consumidor de sua obra; causando sensações de pequenez perante a natureza grandiosa, um temor reverencial ante o desconhecido, que leve o leitor em sua sensibilidade a agir de determinada forma, e aderindo a um projeto que o auxiliaria a sair deste mundo sombrio, sobrepondo-se a natureza ameaçadora, o projeto civilizacional e integracionista do Império com vistas à sua constituição como nação.

Para tanto, Varnhagen “tira a natureza” de uma representação plana e domesticada, como a propuseram a literatura e os viajantes que esquadrinharam o território e sua diversidade natural, e coloca seu leitor entrelaçado pela vegetação sufocante, diversamente de nossos literatos românticos que a representam de forma paisagística, edênica e idílica.

Pretende, desta maneira, mediante a montagem de um cenário infernal, produzir um sentimento de contrição do leitor diante da natureza selvagem, ameaçadora e desconhecida; artifício retórico com vistas a valorizar a obra de civilização portuguesa, obra esta que

⁴⁰ CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Trad. Celso M. Paciornik. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

também era de domínio sobre a natureza, sobre feras e homens-fera, o que atribui um heroísmo à empreitada lusa em além-mar; heroísmo este que Varnhagen tenta sobrepor notadamente sobre os espanhóis. Segundo as palavras do autor:

*(...) ora, se com respeito a todas nações são estes princípios verdade inconcussas, com mais razão se applicao elles á brasileira; pois que, entre as principaes da América, foi a que custou mais esforços e mores trabalhos aos seus colonizadores, antepassados em grande parte, como fica dito, dos actuaes cidadãos.*⁴¹

Atento para uma relação em que estava inserido o IHGB, o projeto civilizacional delineado pelos dirigentes saquaremas, e a partir de uma abordagem onde se privilegia uma leitura sensível de *HGB*, concluímos que este quadro em perspectiva sombria “pintado” por Varnhagen, pretendam tocar o leitor e cause sua contrição, e num segundo momento, o leitor deve reconhecer-se na obra de Varnhagen: uma história dos vencedores -e ser angariado para o projeto civilizacional que também era de formação do Brasil como uma nação.

A natureza é móvel, assim como móveis são os instrumentalizados olhares que pretendem apreender a variedade da natureza; olhares constituídos em rizoma, entrelaçados com o mundo; percepções cultural e cientificamente constituídas; sensibilidades politicamente constituídas. Olhares entrelaçados pelo mundo, visões que apreendem a cornucópia de povos, fauna e flora, reverencialmente, de forma horrorizada, literária ou nacional. Visões, apreensões, sensibilidades historicamente constituídas.

Tudo e todos poderiam ser vencidos pelo machado, pela ação humana, mas não o machado nativo a que Varnhagen se refere, a este índice de cultura-material dos bárbaros, pois os “*machados de pedra polida, de ordinário, verdade, aguçados, e mui anallogos ao de que usavam os europeos quando bárbaros, isto é, antes de lhe chegar o freqüente uso do bronze depois o do ferro.*”⁴² O machado vencedor seria aquele de aço do homem português, branco, representante das Luzes, do progresso, da civilização, do cristianismo; capaz de dominar e sobrepor-se à natureza, segundo propõe o autor, ao se referir novamente às matas e ao machado deste agente que desbrava heroicamente o território inóspito à ocupação

⁴¹ VARNHAGEN, 1936, cit., Tomo I, p.VIII.

⁴² Ibidem, Tomo I, p.31.

humana. Sua civilização, porém, seria possível, pois deveriam os futuros integrantes de uma nação brasileira encontrar força no exemplo das grandes nações européias:

*Mas animo! Que tudo doma a industria humana! Cumpre á civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau. Tempos houve nalgumas das, hoje cultivadas ou povoadas de cidades da Europa o feroz urso se fazia temer...E o lobo carniceiro surprehende e devora ainda a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta vibor, e os lacraus e as tarântulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda se não extirpara dos mais bellos jardins das penínsulas banhadas pelas águas do Mediterrâneo.*⁴³

A civilização e constituição da nação brasileira seriam viáveis desde que sob a tutela do Estado e seus valores eleitos.

⁴³ Ibidem, Tomo I, p.10.